

CORREIO POLÍTICO

Geraldo Magela/ Agência Senado

POR
RUDOLFO LAGO

Parlamentares foram às vias de fato na comissão

Sigilo de Lulinha: Shakespeare explica

Há quem diga que existe sempre uma frase de William Shakespeare que resume o que quer que seja. No caso da lamentável pantomima na manhã de quinta-feira (26) na CPMI do INSS, o episódio que ali termina aos empurrões e socos e dá para ser resumido pelo bardo inglês tanto pela comédia quanto pela tragédia. Os nobres parlamentares se estapearam em torno da quebra de sigilo do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva. Mas desde janeiro o ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça já tinha determinado a quebra do sigilo bancário e fiscal de Lulinha. Então, vai o resumo pelo título da famosa comédia de Shakespeare: “Muito Barulho por Nada”.

“Som e fúria que nada significam”

Caso se queira explicar pela tragédia, há também a frase famosa de Macbeth. O que houve, então, foi um episódio de “som e fúria que nada significam”. Diante disso, o que espanta é como pôde a bancada governista cair como pato na armadilha que foi montada pela oposição. Não apenas brigaram em torno algo que Mendonça já tinha definido como passaram a impressão de que estavam apavorados com o que poderia aparecer nas contas.

Lula Marques/Agência Brasil



Carlos Viana contou os votos certos ou não?

Um golpe parece mesmo ter havido

Há uma grande probabilidade de fato de o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG) ter aplicado um golpe. Contou a menos o número de parlamentares que se levantaram contra a quebra de sigilo. Se isso ficar comprovado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), irá indeferir o resultado. Mas a oposição já terá conseguido o resultado político que queria. O desgaste já houve. Por que os governistas quiseram tanto – a ponto de sair no tapa – esconder as contas do filho do presidente?

Mais uma armadilha boba

Movimentos que jogam por terra as declarações de Lula de que seu filho, se tiver cometido alguma irregularidade, terá de pagar por ela. Ainda que no final nada apareça de fato nas contas de Lulinha, a oposição já conseguiu produzir imagens na CPMI que certamente irá explorar na campanha política até outubro. Sem contar com novas ações, Conselho de Ética, etc.

Amadora

Para o cientista político André Cesar, é esse tipo de condução amadora o que vai fazendo com que Lula perca a vantagem mais segura que tinha e comece a ver o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) mordendo seus calcanhares. “Lula é, sem dúvida, um animal político, mas não parece estar cercado de outros”.

Carnaval

O episódio na CPMI se une ao que aconteceu no Carnaval com a homenagem da Acadêmicos de Niterói. Ações que parecem tomadas sem maior reflexão. Que fazem com que a eleição embole mais pelos erros cometidos por Lula e por seu entorno do que pelos eventuais acertos de Flávio.

Tração

“Fica aceso no Planalto um sinal mais que amarelo piscando forte”, pondera o cientista político. “Lula não consegue ganhar tração e seu governo vai se enfraquecendo”. Por um tempo, alguns até acharam que Lula poderia vencer a eleição no primeiro turno. André Cesar nunca imaginou que essa fosse uma hipótese.

Nunca

“Lula nunca ganhou no primeiro turno”, lembra André. Na verdade, desde a implantação da reeleição, só Fernando Henrique Cardoso venceu no primeiro turno. E o aumento da polarização política nos últimos anos torna essa possibilidade ainda mais remota. Numa eleição apertadíssima, vence, então, quem erra menos.

Radicais

Onde podem residir as chances de Lula? No avanço das tendências mais radicais do bolsonarismo. Na possibilidade de limitação das alianças regionais a cada vez que algum aliado visita a Papudinha e sai de lá anunciando que o ex-presidente Jair Bolsonaro definiu nova chapa para o Senado.

Dois exemplos

O animal político Lula sabe disso. Na terça-feira (3), terá uma conversa com seu vice-presidente Geraldo Alckmin e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre as eleições de São Paulo. Talvez almeje outro Shakespeare, o de A Tempestade, que diz que “somos feitos da mesma matéria dos sonhos”.



Tereza Cristina relatará acordo Mercosul-UE no Senado

PEC da Segurança e Mercosul esta semana

Pautas são consideradas estratégicas para o governo

Por Beatriz Matos

Brasília terá uma semana de alta voltagem política com votações e julgamentos que podem produzir efeitos econômicos, políticos e nas eleições.

No Congresso, a movimentação vai ficar por conta do acordo entre Mercosul e União Europeia, depoimentos na CPMI do INSS e a prioridade máxima do governo: a aprovação da PEC da Segurança Pública.

No judiciário, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai retomar a votação para aprovar sete resoluções que irão definir as regras das eleições no Brasil.

No Senado Federal, uma das deliberações mais importantes se inicia na quarta-feira (4), na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Senadores irão analisar o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. A matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados na última semana, será relatada pela senadora Tereza Cristina (PP/MS), que deve apresentar parecer no mesmo dia.

A tramitação acelerada foi um compromisso firmado pelos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), com o Executivo. Como se trata de acordo internacional, o Congresso pode apenas aprovar ou rejeitar o texto, sem alterações de mérito. Se a CRE der aval, a pro-

posta poderá seguir para o plenário ainda na quarta-feira.

A discussão no Senado acontece em meio à informação, divulgada na sexta-feira (27) pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, de que o acordo entrou em vigência provisória.

Na Câmara dos Deputados, a prioridade do governo é a PEC da Segurança Pública (PEC 18/25). O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), indicou que o texto deve ser apreciado na comissão especial e levado ao plenário também na quarta-feira.

Relatada por Mendonça Filho (União-PE), a proposta altera dispositivos constitucionais sobre segurança, fortalece o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), amplia a cooperação entre União, estados e municípios e endurece regras de progressão de pena, inclusive com sanções diferenciadas para integrantes de facções.

Há pontos ainda em debate, como a redução da maioria penal. O governo tenta preservar a “espinha dorsal” do texto enviado ao Congresso, enquanto negocia ajustes com o relator. Se aprovado, o texto seguirá para o Senado Federal.

A CPMI do INSS retoma os trabalhos nesta segunda-feira (2), às 16h, com a oitiva do advogado Cecílio Galvão, que não compareceu à sessão anterior e poderá ser conduzido coercitivamente.